



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Gloger Maroneze, Luiz Antonio; Ennes da Silva, Cristina
Impressões de Porto Alegre na virada do século e nas primeiras décadas do século XX:
textos e contextos
Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 16, núm. 30,
diciembre, 2009, pp. 157-186
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069164007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Impressões de Porto Alegre na virada do século e nas primeiras décadas do século XX: textos e contextos

Luiz Antonio Gloger Maroneze*
Cristina Ennes da Silva**

Resumo: Analisamos, neste artigo, representações sobre a antiga cidade moderna de Porto Alegre na busca de uma aproximação àquele imaginário. Partindo principalmente das impressões dos cronistas e de referências históricas, realizam-se interpretações a partir do conceito de cultura proposto por Geertz - em que os próprios dados são entendidos como leituras relativas. Trata-se também aqui de observar as tensões entre o “projeto moderno” idealizado (e em parte realizado) com imagens e discursos que seguem outros caminhos e complexificam a interpretação histórica. Salientamos, por outro lado, que um olhar de retorno ao moderno é uma necessi-

* Centro Universitário FEEVALE/RS. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Endereço eletrônico: luizmaroneze@feevale.br Endereço para correspondência - Centro Universitário FEEVALE. RS 239, 2755 Vila Nova 93352-000 - Novo Hamburgo, RS – Brasil Telefone: (051) 8958

** Centro Universitário FEEVALE/RS. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Endereço eletrônico: crisennes@gmail.com ou crisennes@feevale.br Endereço para correspondência - Centro Universitário FEEVALE. RS 239, 2755 Vila Nova 93352-000 - Novo Hamburgo, RS – Brasil telefone: (051) 35868958]

dade para o entendimento da cidade contemporânea, na medida em que o discurso que a projetou está em crise e outras lógicas reorganizam o imaginário atual.

Palavras-chave: representações, imaginário, cultura, cidade moderna

Neste artigo, buscamos refletir sobre o ufanismo modernizante da capital, considerando os distintos e fragmentários olhares dos atores sociais que vivenciaram aquele ambiente. Neste sentido, interessa-nos analisar as impressões jornalísticas e literárias de cronistas sobre a cidade de Porto Alegre na virada do século XX e nas suas primeiras décadas, intentando compreender de que forma as ideias modernas foram percebidas e vivenciadas naquele contexto.

O estudo da temática em questão é provocado por diferentes razões. Por um lado, como amplamente divulgado pela historiografia, porque se trata de uma fase de amplo crescimento e sofisticação urbana e das formas societais, traduções possíveis das grandes metrópoles da época. Por outro, por ser um período de tensão contundente entre as expectativas modernas (metropolitanas) e a realidade provinciana ainda preponderante. E também pela própria crise do projeto moderno percebido na cidade contemporânea, que exige um olhar relativizador em relação à antiga cidade moderna.

Acessar as ideias e o imaginário de um determinado cenário cotidiano implica, em história, lançar mão de elementos conceituais no intuito de racionalizar a problematização. Assim, os dados fornecidos pelas fontes são entendidos, aqui, “à Geertz”, ou seja: que as informações manuseadas pelos pesquisadores são sempre de “segunda mão”, “são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas” (Geertz, 1978, p. 19). Dessa forma, as ciências sociais tateiam seus objetos fugidios tentando captar o “ser” no “devir” do fluxo temporal através de conceitos que deveriam ser eternamente refeitos. Os grandes discursos metafísicos nunca entenderam a complexidade da existência cotidiana porque, como diz Maffesoli (1988, p. 203), ela é “fragmentada, polissêmica, feita de sombras e luz”, além de ser “sapiens e demens” ao mesmo tempo. Sobre o ambiente focado para a análise, fazemos, então, uma criação discursiva no presente de um

passado que é então “representado” para fazer sentido no agora. (Jenkins, 2007, p. 104) A função desse tipo de recriação textual é a de relativizar o próprio contexto, no caso, o da cidade contemporânea, hoje muito distante da antiga cidade moderna.

Para tanto, faremos um cruzamento de visões de diferentes autores que viveram a época, com informações históricas e análises acadêmicas que focam o período, imbricando as percepções do vivido com dados objetivos no intuito de elaborar uma narrativa possível. A crônica jornalística, no entanto, torna-se aqui a fonte principal dos vestígios a serem analisados, o que exige considerações mais detalhadas.

Com um caminho muito específico no Brasil, o gênero, que no fim do medievo europeu consistia basicamente na narrativa histórica em forma de anais, vai assumir em Portugal e no Brasil características literárias. Tanto é assim que o antigo sentido ainda se mantém em muitos idiomas do antigo continente, com exceção da língua portuguesa. Para Galvani, (2005) essa receita lusa a aproxima da poesia e cria um espaço demarcado dentro do jornalismo. Mas é no Brasil que ela vai atingir uma dimensão própria, a tal ponto que Antônio Cândido (1992) irá dizer que “até se poderia dizer que, sob vários aspectos, é um gênero brasileiro pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (p.15). Ao longo do século XIX, a crônica deixa de ser o simples “folhetim” informativo dos fatos cotidianos das cidades para se definir como um gênero literário: à narrativa do dia-a-dia o cronista adiciona então a ficção, a liberdade poética e o bom humor em suas representações do vivido. Partindo do detalhe urbano, o cronista explora as potencialidades do idioma e multiplica as significações do texto para mostrar nuances ocultas ou totalmente ignoradas.

A crônica como fonte para a pesquisa histórica apresenta, portanto, uma qualidade que aproxima seus artífices: a percepção do tempo onipresente. Para Neves (1992), tempo e crônica são indissociáveis:

A crônica, pela própria etimologia – *chronus* / crônica -, é um gênero colado ao tempo. (...) De formas diferenciadas, porque diferente é em cada momento a percepção do tempo histórico, a crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto, sempre e de formas diversas, uma escrita do tempo. 'Não fosse senão por essa razão, já seria justo que delas se ocupassem os historiadores'. (p.82).

Ao retratar as sociedades no acontecimento urbano, no devir inexorável do tempo, a crônica normalmente parte da cotidianidade, das múltiplas e fragmentadas formas de expressões humanas na busca de algo maior, de alguma essência. Como diz Galvani (2005, p.35), ela transforma elementos do dia-a-dia ou recordações de memória em arte, capta algo do ser no devir. Dessa maneira, ela faz uma tradução da vida pela ótica do escritor, o qual foca o detalhe urbano, vê a sociedade em um poste quebrado ou na alegria de uma criança que vai à escola: escava questões filosóficas ou salienta a ironia da vida numa feira, na praça e no fluxo das ruas. Na medida em que investiga a sociedade pelo detalhe, a crônica deve ser rápida e curta: não há espaço para tratados e distanciamentos metafísicos. Contudo, é neste “instantâneo” de um pequeno acontecimento social que o cronista consegue devolver aos leitores um pouco de sentido ao vivido, papel talvez de toda arte. Essa proximidade com a “opinião pública”, com a empiria das ruas, faz com que o voo teórico do escritor, fundamentado ou não por ampla formação universal, mantenha-se rasante, interagindo com seu objeto (Maroneze, 2004, p. 41).

Os cronistas narram a cidade e produzem um discurso a partir de elementos captados no cotidiano desses espaços, a partir das referências de sentido que emanam de múltiplas subjetividades. Estas, decorrentes de um misto de ideias locais com fluxos “globais”, foram alimentadas, na época, principalmente pelo jornalismo, pelo cinema e pela literatura; nesse ambiente, o cronista traduz o imaginário e fixa o cotidiano em suas representações. De certa forma, a arte da crônica suplanta a problemática teórica sobre o estatuto histórico do “cotidiano” ao incorporar o “macro” no “micro”, o tempo “estrutural” ao “conjuntural”, ao

tratar conjuntamente “parte” e “todo” em cada “quadro” ou “fotografia” elaborado em sua escrita.

Valendo-se dessas peculiares características da crônica como fonte de pesquisa é que pretendemos, aqui, “visitar” aquela Porto Alegre: dando voz ao escritor do miúdo para descrever e interpretar os reflexos e os efeitos que as ideias dos grandes centros aqui tiveram; analisar as “traduções” do global no local no momento em que a cidade intensifica suas relações com o cosmopolitismo ocidental.

Considerando essas premissas, o intuito é o de cruzar aquelas representações com análises históricas sobre o período na busca de uma aproximação à ambiência daquela cidade. Mesmo que, como diz White (2006, p. 191), exista uma “inexpugnável relatividade em toda a representação do fenômeno histórico”, acreditamos, aqui, que as perguntas ao passado e as elaborações narrativas construídas sobre ele ampliem sensivelmente os horizontes do presente humano.

É consenso entre os historiadores que, entre a última década do século XIX e as primeiras do XX, o país, notadamente através de suas principais cidades, intensificou relações de todo tipo com a Europa e os EUA, centros emissores de ideias e modelos identificados como “modernos”, numa época de grande expansão econômica e crise política. Trata-se de um recorte temporal notadamente visitado pelos historiadores que pesquisam a capital, visto como um momento determinante na incorporação dos modelos materiais e subjetivos do moderno em Porto Alegre. Talvez por delimitar o processo decisivo de penetração das ideias associadas ao exemplo das grandes metrópoles, de uma cultura pública cosmopolita que se opõe à cidade “tradicional”, esse período tem chamado a atenção daqueles que focam suas investigações na história centrada no urbano. Centurião (1999, p. 24), nesse sentido, chama a atenção também para o fato de que a constituição idealizada da “cidade moderna” passa justamente pela elaboração de um discurso mítico que a diferencia da “cidade colonial”: a modernidade constrói seu sentido em relação a um passado ao qual se opõe.

Inserida em um contexto maior, a cidade de Porto Alegre, por suas especificidades econômicas e culturais, teve condições de acompanhar e se integrar ao processo de expansão econômica nacional e internacional. Vários fatores contribuíram para esse processo. Notadamente, a questão da imigração européia, que estabelece núcleos coloniais em regiões próximas à capital e permite a fixação de muitos desses indivíduos na própria cidade, fato que a transforma em centro de exportação e importação, ampliando imensamente o fluxo de mercadorias, capitais e “ideias” pela cidade. As facilidades que o “rio”¹ Guaíba apresentava, por um lado, ligando muitas dessas áreas ao porto através dos rios que nele desembocam e, por outro, acessando o comércio nacional e internacional pelo mar, transformam Porto Alegre em uma cidade verdadeiramente portuária. O comércio e a indústria, vinculados então a essa posição estratégica, estabeleceram o perfil do desenvolvimento urbano e social da cidade naquele momento. Além, obviamente, da condição de Capital estadual que, ao centralizar as estruturas públicas essenciais, amplia a sua posição política e econômica.

O “pano de fundo” que norteou as ideias e os processos históricos em geral, no período em questão, pode ser entendido, como acreditamos aqui, a partir da questão do moderno. Aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, enfim, todos os ângulos possíveis do olhar histórico foram influenciados, em maior ou menor grau, pela teleologia de um racionalismo que, enquanto projetava um futuro, organizava discursivamente aquele presente.

Nesse contexto, a própria concepção e o papel da cidade transformam-se em modelo hegemônico para um estilo de vida que se denominava “metropolitano”. As grandes capitais europeias e depois estadunidenses tornaram-se ícones materiais e simbólicos de um “padrão” e foram traduzidas dentro dos limites específicos de cada cidade periférica. A modernidade, assim, é objetivada no modelo metropolitano, lócus por excelência do acontecer de um estilo de vida específico. Nesse sentido, as alterações físicas da cidade, por um lado, e comportamentais, por outro, podem ser compreendidas em um mesmo “discurso social”: um

amálgama de referências ligadas a essas ideias e suas contradições (Geertz, 1978, p. 28).

Assim, a análise dos escritos, das fotografias ou de qualquer outra forma de se dizer ou falar sobre a cidade considera que os autores apresentam versões, falas e representações a partir de uma “posição”, de um “ângulo” ao mesmo tempo específico e contextualizado, personalizado e datado. Sem esquecer a relatividade das informações, essa perspectiva abre um caminho que permite ao historiador se aproximar do “espírito de um tempo”, dos discursos subjetivos que terminam por constituir um lugar: espaço simbólico permeado por diferentes representações de temporalidades, ideias e percepções. Como diz Maffesoli (2005, p. 105), “nada escapa à ambiência de uma época, nem mesmo os que creem ser completamente independentes”. O acesso a esses ambientes, contudo, exige que observemos as diferentes leituras e a pluralidade de tons utilizados pelos autores para que tenhamos acesso à polissemia dessas “ambiências”.

Impressões, memórias e sociabilidades

As informações deixadas pelos cronistas que vivenciaram aquele período, e a análise dos historiadores sobre as transformações ocorridas em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX dão conta, principalmente, das alterações na dinâmica do vivido cotidiano imbricadas às mudanças espaciais. Modificações urbanas e comportamentais fundem-se em novos espaços e nas formas de vivenciá-los; o “espetáculo das ruas” passa a ser então a novidade a ser potencializada pelos discursos, em oposição à temática do universo privado. Como afirma Nara Machado (1998, p. 16), pensar essas relações entre as expressões materiais e simbólicas no ambiente citadino significa trabalhar “com a leitura de um espaço vital detentor e possibilitador de determinados valores, envolvendo desde o cumprimento de funções reais até aquelas que se situam no plano do imaginário”.

As informações analisadas aqui sublinham também as diferentes temporalidades e perspectivas sociais adotadas pelos

autores. O hegemônico discurso moderno nunca planificou, de forma absoluta, as múltiplas e complexas diferenças de ver, pensar e vivenciar o universo urbano. Reações românticas por parte de uns, disputas econômicas e profissionais por outros sempre marcaram o processo histórico moderno na cidade. Ordem e desordem, ser e não-ser, os velhos pilares do pensamento ocidental, acompanharam também os protagonistas e seus comentadores nessa antiga Porto Alegre moderna, ainda que o “pano de fundo” moderno se coloque de forma majoritária.

Sobre essa ambiência, Vivaldo Coaracy (1962) registrou, em suas memórias, detalhes bem-humorados de um cotidiano em franca transformação. Em seus escritos, faz constantes relações entre a “estética social” e urbana. Proveniente do Rio de Janeiro, o autor chega em 1905 na capital do Rio Grande para uma estada que, entre idas e vindas, se alongou por quase quinze anos. Quando publica suas “crônicas de memórias”, no início da década de 1960, sublinha a distância “inimaginável” entre as duas temporalidades. Afirma:

Quem conheça Porto Alegre de hoje não pode imaginar, nem mesmo por aproximação, o que era a capital do Rio Grande em 1905. (...) Naquela época, quando ali desembarquei, era cidade materialmente atrasada, muito atrasada mesmo. (...) Das ruas, muitas delas íngremes ladeiras a galgar a encosta abrupta para atingir o espigão estreito, poucas eram as calçadas a paralelepípedos. (Coaracy, 1962, p.5).

Lembra o autor que só uma pequena parte da cidade era dotada de água encanada. “A maioria dos habitantes comprava água, aos barris, dos carros-pipas que vendiam percorrendo as ruas pela manhã” (Coaracy, 1962, p.6). Sobre esse tema, Walter Spalding também oferece suas impressões: “Era um dos aspectos pitorescos da cidade aqueles ‘aguateiros’ que de porta em porta paravam sua carrocinha puxada por paciente muar ou cavalar, gritando, das sete da manhã às seis da tarde: ‘água... aguateiro!’” (Spalding, 1967, p. 145).

Esses indivíduos, também denominados de pipeiros, devido ao fato de venderem água que estava depositada em pipas, buscavam a água para o exercício da atividade em vertentes localizadas na periferia urbana, pois havia uma proibição de uso da água do Guaíba ou mesmo de riachos. Esses trabalhadores exerceram suas atividades informais pelo menos até as duas primeiras décadas do século XX, pois a distribuição irregular e a qualidade do produto oferecido pela Companhia Hidráulica eram fatores que dificultavam a extinção da atividade. Interessante destacar que esses indivíduos, mesmo realizando atividades que não estavam sujeitas a normas específicas, ou mesmo com a realização em estabelecimento fixo, eram taxados em impostos pela municipalidade. A aparente inevitabilidade da existência desses trabalhadores era suplantada pela cobrança de impostos não apenas do produto comercializado, como também do veículo usado para o transporte (Silva, 2006, p. 214 - 225).

A Companhia Hidráulica Porto-alegrense, que havia sido fundada na segunda metade do século XIX, havia criado reservatórios e fontes públicas para a venda de água, bem como instalado algumas “penas domiciliares” que pagavam tarifas mensais pelo serviço. Vale lembrar, no entanto, que a água não era filtrada ou tratada: até 1927, os reservatórios da Hidráulica, construídos nos altos do bairro Moinhos de Vento, apenas “decantavam” a água que seria distribuída. (Silva, 2006, p. 144). E ainda assim, como lembra o cronista Mazon, essa atividade foi, em seus primórdios, bastante precária:

O cavalheiro que quisesse tomar banho ao levantar, devia deixar a pena do tanque correndo toda a noite e era muito comum encontrá-lo vazio, porque o encanamento, que era de chumbo, arrebentava com freqüência e o banhista não tinha outro remédio senão resignar-se a um banho de caneca e balde.²

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, o processo ocorre de forma semelhante. Segundo Coaracy (1962, p. 06), em 1905

apenas uma pequena parte da área central era abastecida pelo serviço que “cessava às 10 horas da noite”. Lembra: “Cinco minutos antes, as lâmpadas piscavam. Era o sinal para que corresse a acender velas ou lampiões de querosene quem não quisesse ficar no escuro”.

A iluminação pública era fator de preocupação do governo (Sauter, 1997). A primeira iniciativa de iluminar a cidade remonta a 1832, quando um decreto provincial determinou a instalação de 200 lampiões, que utilizavam azeite de baleia como combustível. Em 1852, a iluminação pública apresentou inovação, com a substituição do combustível até então utilizado por gás hidrogênio líquido, colocado em um recipiente acoplado ao lampião. Esse tipo de iluminação, porém, tornou-se muito dispendioso para os cofres municipais. Em 1858, iniciou-se a utilização do gás hidrogênio carbonetado como combustível, nos lampiões. Estes, segundo Franco (1998, p. 214), empregavam aguardente como matéria-prima. Em 1864, os lampiões a gás hidrogênio foram substituídos por querosene e, após, pelo sistema de gás central.

No período que se estendeu desde o primeiro momento em que a administração municipal se preocupou com a iluminação pública até a utilização da energia elétrica como sua fonte abastecedora, a população sofreu com problemas decorrentes das escolhas dos sistemas utilizados. O certo é que a iluminação por lampiões, independentemente do insumo empregado, não propiciava uma claridade nem ao menos razoável, possuindo ainda agravantes, tais como a fuligem desprendida com a queima do combustível e a exalação de odores fétidos.

Além do mais, uma parcela superior à metade da cidade não se beneficiava da iluminação pública. Partiu da Intendência, então, a ideia da construção de uma Usina Elétrica, de pequeno porte, que abasteceria as áreas não atendidas da cidade, projeto este que teve êxito em 1908 com a conclusão da Usina Municipal.³ Esse sistema, pelo menos no princípio, conforme destaca Mazon (194?) no capítulo que o autor denomina de “*Um punhado de coisas antigas*”, foi visto com receio pela população:

Medo da luz elétrica: - Quando foi inaugurado o serviço de luz elétrica em Porto Alegre, a população tinha receios desse sistema de iluminação. Quem tiver dúvidas dessa afirmação procure os jornais da época e encontrará os apelos desesperados dos concessionários mostrando as vantagens e fazendo mil concessões. (Mazon, 194?, p. 73).

Outra recordação do mesmo autor alerta-nos para os problemas e perigos que os sistemas de iluminação apresentavam ao cotidiano da população. Serve de exemplo, também, para ilustrar novas atividades de trabalho que a cidade, em processo de modernização, exigia.

A vantagem de ser alto: - Moço alto e forte, encontrava emprego para andar o dia inteiro com uma taquara a desenlear aquela floresta aérea, constituída pelos fios da Intendência, Fiat, Força e Luz, telégrafos federal e estadual e das duas companhias telefônicas.

Também ganhava nos dias feriados, para acender aquelas gambiarras de gás, que existiam nas fachadas dos edifícios públicos. (...).(Mazon, 194?, p. 72).

A velocidade do transporte coletivo estava ainda atrelada à tração animal. Os recursos particulares também dependiam desta secular forma de “propulsão”: cavalos e carroças teriam, contudo, concorrência pouco tempo depois. Os automóveis e os bondes elétricos, que surgiram ainda nessa mesma década, passaram rapidamente a fazer parte do cenário citadino (Franco, 1998, p. 406).

No que se refere ao sistema de esgotos, as observações de Coaracy (1962), que carregam o estranhamento de quem vem de fora, também sugerem certo constrangimento. Segundo afirma, não existiam esgotos e as águas servidas, provenientes de banhos e da cozinha, corriam por baixo das casas através de “canaletas” para desembocarem na sarjeta da rua, na margem do passeio. Os detritos mais íntimos tinham outra destinação:

Não existindo redes de esgotos, eram estes substituídos pelos (...) cubos. Pequenos barrilotes reforçados (...). Duas ou três vezes por semana, empregados municipais vinham trocar os cabungos malcheirosos, transportando-os em carros apropriados que assinalavam a sua passagem pelas ruas deixando um rastro de repugnantes odores. (Coaracy, 1962, p. 07).

O memorialista esclarece que as descrições feitas da capital que encontra em 1905 não possuem um “espírito de zombaria” ou um “intuito pejorativo”, mas ele as realiza justamente para sublinhar o “rápido progresso realizado” e para “destacar contrastes já então evidentes”. (Coaracy, 1962, p. 07) Sua análise sugere que o ritmo da vida social e econômica estava “à frente” do desenvolvimento material da cidade naquele momento, situação que justificaria, de certa forma, a facilidade com que as muitas inovações materiais, tecnológicas e sociais foram incorporadas àquele contexto. A narrativa do autor, quase como um filme, descreve aquela “paisagem” urbana ao gosto da crônica: cita os vários grupos sociais em suas práticas no conjunto das socialidades urbanas e traz aquela cotidianidade à leitura presente.

Na cidade assim materialmente retardada e rude, observava-se uma vida intensa. Ruas sempre movimentadas. Na Rua Sete, dos bancos e das grandes casas atacadistas, o movimento dos negócios. Na Rua da Praia, onde se concentrava o comércio retalhista, constante vai e vem nas lojas, nos cafés, nas confeitarias. Grupos sempre formados e reformados, falando alto, discutindo, em exclamações explosivas. Lá embaixo, nas vizinhanças do mercado farto, junto ao cais, embarque e desembarque de cargas nos vapores das diversas linhas de navegação fluvial. (Coaracy, 1962, p. 08).

De fato, os registros históricos sobre as primeiras décadas do século XX, indo na mesma linha, informam que os anseios metropolitanos e as transformações materiais objetivas se amalgamavam em um mesmo discurso, em uma mesma utopia. Sérgio da Costa Franco (1989), por exemplo, em seu prefácio às memórias de Tostes, afirma que a partir de 1910, na capital e no Estado, havia se instalado um “clima de prosperidade”. Comenta:

Nesse mesmo sentido, as análises do historiador Doberstein (1992, p. 04) relacionam o franco desenvolvimento comercial de Porto Alegre e a projeção política do Estado, ao que ele classificou de *boom imobiliário* na capital, nas duas primeiras décadas do século XX. O crescimento das trocas econômicas com as prósperas cidades coloniais e as demais regiões do Estado, interligadas à capital pela malha ferroviária, em 1896, causam flagrantes alterações na lógica daquela sociedade. É importante lembrar novamente aqui o caráter portuário da cidade que, se por um lado, facilita essa expansão econômica, por outro, também favorece um maior intercâmbio de ideias com o centro do país e com o exterior. Nesse ambiente, os anseios metropolitanos e o culto ao cosmopolitismo são traduzidos em uma nova espacialidade e em novos hábitos culturais. Para Doberstein (1992), essas rápidas alterações modificaram de maneira qualitativa e quantitativa o padrão estético da cidade:

Em lugar da arquitetura oitocentista começou a aparecer uma arquitetura mais majestosa e monumental. As longas filas de casarões acanhados, superfícies largas e desprovidas de ornamentação, foram dando lugar a prédios suntuosos e magníficos, com fachadas e platibandas ricas em elementos decorativos. (Doberstein, 1992, p. 05).

É interessante pensarmos que, em uma sociedade complexa, constituída por diferentes etnicidades e distintas posições econômicas, tenhamos na ideia de uma cultura pública moderna a “ideia-força”, a conjunção de sentido para aquela temporalidade. Nesse sentido, Sennet (1988) vai definir o conceito de “público” como filho de uma estética parisiense e londrina, que é construída a partir do século XVIII e ao longo do seguinte, e que passa a descrever “não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade grande de pessoas” (p. 31). Essa cultura cosmopolita vai se traduzir nos aplausos às reformulações urbanas, tecnológicas e nas novas socialidades modernas, centradas no apreço ao

encontro público e a seus espaços específicos. A estética objetiva das grandes metrópoles, ampla, racional e higiênica transforma-se em modelo: vida metropolitana e modernidade constituem, então, parcela hegemônica entre outros discursos culturais a envolver as subjetividades individuais. Essa questão, percebida na época, foi objeto de reflexão para pensadores como o sociólogo alemão Georg Simmel (1979, p. 13). Segundo ele, “o poder avassalador da vida metropolitana”, que pressiona os sujeitos urbanos a um individualismo econômico exacerbado, é uma realidade histórica irreversível.

As pretensões “civilizatórias” metropolitanas do período em questão são evidentes em várias cidades do Brasil. Essa demanda por uma aproximação com a Belle Époque associa questões propriamente econômicas, como a necessidade de uma maior racionalização do espaço urbano para o comércio e a indústria, com uma estética moderna para as novas teatralizações cotidianas. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro, capital federal da nascente república, foi profundamente reformada dentro desses princípios, transformando-se ela mesma em modelo para as outras cidades do país. A famosa atuação do prefeito Pereira Passos atualizou a espacialidade do centro da “cidade maravilhosa” para as novas formas de convívio que o “discurso social” daquela modernidade exigia. Segundo Essus (1997), a força dessas ideias – hegemônicas naquele momento – determinou inclusive o enfraquecimento da memória das outras tantas formas e dos estilos de se viver a cidade. Forja-se o imaginário metropolitano no trópico:

A Avenida Central, cartão postal do Rio regenerado, significa muito mais do que a vitória de uma demanda política. Apresentou-se, poucos anos depois de sua inauguração, com lojas funcionando e a maioria dos prédios construídos, como signo por excelência de um novo código de representação social. É o espaço incorporando funções signícas; através da amplitude da nova avenida e de suas fachadas elegantes, representa um novo estilo de vida, a instituição de uma nova utopia. (Essus, 1997, p. 286).

Em oposição à “desordem” das antigas cidades “coloniais”, o modelo de Haussmann chega também a Porto Alegre, para racionalizar e higienizar o território central da *urbs*. Como lembra Damásio (1997, p. 149), essas ideias, com “seus bulevares, com amplas calçadas, seus cafés e sua ‘limpeza’, tornam-se então o ícone do progresso na época”.

Nesse sentido, retomando a narrativa do cronista, quando Coaracy (1962) retorna, em 1913, de uma viagem de estudos aos Estados Unidos (financiado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre), traça um paralelo com aquela cidade descrita anteriormente:

A cidade crescera e prosperara. Estava longe do quadro tosco que me impressionar em 1905. Não havia só progresso material, revelado no aperfeiçoamento e extensão dos elementos que concorrem para imprimir aspecto civilizado à paisagem urbana: água encanada abundante, esgotos sanitários, suprimento satisfatório de força e luz, bondes elétricos, edifícios modernos, novos bairros residenciais. Havia também desenvolvido os aspectos da vida social, a revelar-se em maior requinte dos hábitos, mais acentuado apreço ao conforto doméstico, mais intensa vida de relações, multiplicidade de casas de diversão, clubes novos, maior apuro nas confeitarias e restaurantes. (Coaracy, 1962, p. 144).

Em suas “crônicas de memórias”, o autor comenta fatos objetivamente datados e que foram marcantes para a época. Entretanto, é possível também sugerir que sua fala esteja impregnada pela teleologia moderna, mais atenta à inclusão e à ordem do que à exclusão e à desordem. A chamada “cidade colonial”, com suas vielas, seus becos e suas casas pouco arejadas, deveria ser substituída pelo padrão científico de um urbanismo emanado das grandes metrópoles; à vida pacata e “do lar”, como lembrava Achylles Porto Alegre sobre os costumes na capital de “antanho”, ofereciam-se as novidades da aventura pública em sua nova estética. Dentro dessa dicotomia, um artigo publicado pela Revista

do Globo, em 1929, no suplemento “aspectos urbanos”, é bastante elucidativo:

Porto Alegre colonial vai desaparecendo aos poucos. Quer dizer: a velha Porto Alegre (...) cede passo, gradativamente, a uma cidade moderna. (...) Porto Alegre cidade internacional.

Evidentemente, dentro da febre de renovação por que passa, nesse momento de vertigem a face da terra, a evolução da cidade só nos pode encher de orgulho. Entretanto, não é sem um ponto de melancolia que a gente vê desaparecer, no tufar irresistível, a Porto Alegre tradicional que há apenas vinte anos se assemelhava a todas as cidades coloniais do Brasil, como hoje se assemelha a todas as cidades cosmopolitas da América.⁴

É interessante notar a preocupação em aproximar Porto Alegre ao “espaço-tempo” das cidades internacionais e cosmopolitas. O fato de o autor especificar sua comparação com as cidades norte-americanas deixa pistas sobre as influências estéticas (urbanas e sociais) que a nova potência começaria a exercer por aqui. Também chama a atenção certo exagero discursivo que afirma ter transformado a “velha” cidade em uma metrópole internacional, no curto período de 20 anos.

Possamai (2005), nesse sentido, chama a atenção, a partir de pesquisas sobre álbuns fotográficos produzidos nas décadas de 1920 e 1930, para a sobreposição do discurso moderno à realidade. Seus resultados indicam que o centro da cidade, única região a receber maiores alterações no sentido aqui discutido, era amplamente privilegiado nos álbuns fotográficos da cidade. Sublinha a autora que fotografar o centro “significa transpor para a totalidade da cidade uma imagem visual de acordo com os padrões de um imaginário que buscava como referentes as ruas, as edificações, as praças, os veículos e, principalmente, o homem no espaço público” (p. 209). Dito de outra forma: tentamos acelerar ou antecipar o fluxo histórico ao aplaudir, com veemência, o discurso moderno, velando as arestas e os pontos em desacordo com

as expectativas hegemônicas. Se, como diz Maffesoli (2001, p. 76), o imaginário é “uma realidade” que cimenta a vida social, então podemos atribuir ao ideário moderno um grande papel na ordenação das formas sociais incorporadas pela sociedade da época.

O afã progressista bastante visível no período em questão, no entanto, não foi um discurso ou um modelo aplaudido de forma unânime. O saudosismo romântico por parte de alguns intelectuais e as múltiplas leituras que os grupos menos informados e/ou aquinhoados realizaram são contrapontos dessa mesma complexidade, típicos da cultura moderna. Há um “todo” modernizante associado à cidade e suas representações, que aparecem de forma majoritária nos escritos e nas fotos, por um lado, e as múltiplas “partes”, que deixam algumas pistas dispersas ou até mesmo indícios silenciosos de negação, por outro. Pensar a “circularidade” cultural, sobre a qual nos fala Morin, é aqui uma necessidade *a priori*, como de resto o é sempre na análise do social (Morin, 1999, p. 22). A linearidade da cultura moderna, muito explícita no período aqui investigado, mesmo que tenha sublinhado a tonalidade daquela ambiência, conviveu também com outras perspectivas. A tensão entre certa “realidade” e o projeto moderno resulta num imaginário que perdurou como memória, fonte para interpretação histórica.

Reflexos metropolitanos na província

As fontes consultadas enfatizam, como já mencionado, a inscrição da modernidade em muitos aspectos: urbanos, tecnológicos, morais, sociais etc. Todavia, a “cidade”, para os cronistas e memorialistas da época, diz respeito ao que hoje é definido por “Centro Histórico”. As construções literárias, as notícias e os comentários técnicos em geral falam do Centro como sendo “a cidade”. Theodemiro Tostes vai defini-lo como “nosso bairro” em suas memórias. Mas as referências sobre o estilo metropolitano concentram-se ainda mais: era na Rua da Praia, principalmente, e em algumas vias a ela interligadas, que se formava, na época, uma espécie de “círculo imaginário”, onde se concen-

travam as apresentações sociais e as representações imaginárias do moderno. Tostes, possivelmente o mais importante cronista dos anos 1920, definiu assim a rua:

A Rua da Praia marcou no nosso tempo um amável ponto de encontro e também ponto de partida. Era na Rua da Praia de então que ficavam os bares aconchegados, que passeavam as raparigas em flor, que se sentia a vida das cidades. A Rua da Praia era uma grande vitrina onde nossos bovarismos desfilavam. A gente passeava na Rua da Praia como se passeasse no centro do mundo. (Tostes, 1989, p. 36).

Nessa ambiência, o porto-alegrense e a população flutuante respiravam a “vida das cidades”, expressão que aparece seguidas vezes em escritos da época. Ou seja: a vida metropolitana noticiada e pretendida tinha de se concentrar principalmente em apenas uma via da pequena cidade que crescia e se transformava, mas que ainda era, naquele momento, justamente por isso, obviamente provinciana. Ao entrar naquela rua, o indivíduo que pretendia se identificar com a linguagem da estética das grandes metrópoles tornava-se uma espécie de personagem. Sobre aquele cenário, lembra o poeta Augusto Meyer que a Rua da Praia “era o vago e fascinante país dos cinemas, dos cafês, das confeitarias, das livrarias, das casas de negócios, das redações de jornal, das vitrinas que enchiam o olho” (1966, p. 124). Na fala dos cronistas, comumente aparecem expressões que associam aquele cotidiano à dramaturgia. Ruschel (1971) afirma, por exemplo, que a “rua da Praia sempre foi um grande palco, a platéia se estendendo ao longo das calçadas”(p. 14).

Carlos Reverbel, nesse sentido, também enfatiza a densidade simbólica que a rua ocupava na época:

A Rua da Praia era o coração e a vitrine da cidade. O que fazia particularmente agradável era o sentimento que se estabelecia entre a rua e seus frequentadores, que a percorriam como se fossem assinantes cativos de sucessivas e

intermináveis temporadas teatrais de primeira classe. Nela havia lugares praticamente reservados a determinadas pessoas, como também acontece nas sessões de teatro. (Reverbel, 1993, p. 28).

Associada ou veiculada através de um vocabulário que sugere singularidade, estranhamento e modelo, os autores chamam a rua de “país sofisticado”, “passarela”, “assembléia”, “teatro” ou “vitrine”, que recriava ali aspectos de Paris, Londres e Nova York. Naquele espaço reduzido e concentrado, “o espetáculo da vida metropolitana”, realizado no Centro e especificamente em um pedaço da Rua da Praia, indica, ao mesmo tempo, o quanto se desejava e o quão pouco se tinha da almejada metrópole (Maroneze, 1994, p. 47).

A prática do “footing” é um exemplo sempre lembrado nas memórias dos antigos cronistas tanto quanto relatado na época. No suplemento “Aspectos Urbanos”, da Revista do Globo, por exemplo, Celestino Jordão explica que essas práticas diárias, “recreio de pessoas grandes”, é um momento de beleza e alegria que consola, ao fim da tarde, a seriedade de um dia de trabalho, tornando a convivência mais amena. Na hora do “footing”:

Os bares, as casas de chá, os cafés estão cheios. Nas esquinas, os basbaques, mais do que nunca, assumem atitudes ornamentais. E as risadas, os fragmentos de frases, os gestos decorativos de todos, pois que todos a essa hora imaginam-se elegantes – tudo isso ambienta a Rua da Praia, imprimindo-lhe um ar de *cidade de verdade*.⁵

Considerando que a sociedade da época convivia com normas sociais nitidamente conservadoras, em contraste com as atuais, o “footing” foi uma “forma” social que conjugava os limites provincianos com os desejos metropolitanos, funcionando como um ritual coletivo de sedução. Transcorria da seguinte forma: grupos de jovens mulheres, em roupas da moda, desfilavam diariamente pela Rua da Praia durante o dia e de forma mais acentuada

no entardecer; os homens, andando pelo centro da rua ou encostados nos prédios, cortejavam-nas (Maroneze, 1994, p. 49). O poeta Augusto Meyer, em suas memórias, descreve de forma um tanto irônica aquelas práticas cotidianas: “como se fosse um retorno cíclico (...), os mesmos namorados trocavam olhares discretos com as mesmas namoradeiras, os passantes repassavam pelos mesmos passantes” (Meyer, 1966, p. 124).

Na busca da “antecipação metropolitana”, muitas das formas estéticas associadas à vida pública das grandes cidades são traduzidas na capital do Rio Grande do Sul na virada do século em suas primeiras décadas. As confeitarias, os cafés, os bares e a própria boemia constituíam espaços e formas sociais de viver modernamente as ruas da cidade.

Achylles Porto Alegre, de forma constante em suas crônicas, traça um paralelo saudosista entre a cidade “colonial” e privada e a cidade moderna e pública. Escrevendo nos anos 1920, evoca repetidas vezes lembranças de sua juventude e da tranqüila “aldeia”.

Em meados do século passado era muito comum nas reuniões familiares o recitativo ao piano (...). Os rapazes naqueles tempos não tinham para onde ir desde que o teatro não funcionasse como geralmente acontecia. (...) Nessa época não tínhamos os ‘cafés’ a não ser o ‘Café da Fama’. (...) A cidade era pacata e silenciosa. (Porto Alegre, 1925, p. 34/35).

Em outra obra, retoma a comparação entre as formas sociais praticadas nesses dois tempos, quase duas cidades distintas:

Os rapazes de então eram diferentes dos de hoje. Não viam, a noite, flanando pela Rua da Praia, a discutirem política às esquinas e a porta das lojas, com uma flor no peito do fraque, charuto a boca, com uns ares de importância. [sic] (Porto Alegre, 1923, p. 21).

Na cidade “colonial” de Achylles, os “rapazes” encontravam necessariamente as “moças” em casas de “família”, organizavam pequenos bailes e festas sempre sob o olhar atento dos pais, ou enquanto “o diabo coçava o olho”. No ambiente público da cidade moderna, o elemento feminino ganha as ruas e os espaços específicos às novas sociabilidades. Surpreende-se o cronista:

Aonde quer que conduza meus passos e por cedo que seja, encontro sempre no meu caminho, senhoras e senhoritas que fazem o seu ‘footing’, andam as compras e obedecem a prescrições médicas. Algumas são empregadas, moças que vão para seus empregos. E são muitas as damas e as senhoritas que andam sós, a qualquer hora do dia. E isto é tão natural, tão do ‘meio’, que a gente não repara quando encontra uma amiga, mesmo as de antanho, só, na rua. [sic] (Porto Alegre, 1923, p. 81).

Nas crônicas de Theodemiro Tostes, no entanto, as impressões são as de um jovem integrado às ideias dos grandes centros. Profundamente influenciados pelo Simbolismo e pelo Modernismo, Tostes e seu “Grupo” deixaram marcas perenes na cena cultural porto-alegrense dos anos 1920 e 1930. Nesta cidade, viveram a província que se desejava metrópole e, como lembrou Meyer, não entendiam, na época, o saudosismo dos antigos cronistas. Em “Nosso Bairro”, T.T., como era conhecido no meio jornalístico, afirma que a cidade mudou mais “num par de anos” do que em décadas de parcimônia, referindo-se às reformas de Otávio Rocha e de seus sucessores. Quando, em 1930, a Revolução sacode a ordem em uma cidade mutante, o cronista faz sua síntese. “Se os velhos cenários iam mudando, os atores a hábitos também mudavam. Havia caras novas pelas ruas e uma afluência sensível de forasteiros” (Tostes, 1989, p. 123). Nas crônicas publicadas na época, contudo, Tostes centra sua atenção mais nas traduções que seus personagens fazem da modernidade do que nas alterações espaciais em si mesmas.

Em Bazar, uma compilação de crônicas escritas no jornal Diário de Notícias, Tostes afirma que sua crônica é uma espécie

de fotografia de fragmentos cotidianos: analisa tipos populares, burgueses “excessivos”, boêmios e uma gama de personagens que contracenavam naquele cenário. A sua Porto Alegre da juventude era então “a cidade”, aquilo que hoje se denomina de Centro Histórico foi, como já mencionado, o núcleo simbólico das expectativas modernas para as demais áreas da capital e para o Estado.

Para Tostes, o relativismo do homem moderno aparece na metáfora da cidade, descrita na forma de um “bazar”: uma loja onde o comprador se depara com um mundo de possibilidades. Suas vitrinas, outra expressão cara ao autor, estimulam a curiosidade do transeunte que sai da calçada e invade os corredores do bazar em busca de novidades. Ou seja: andar pelas ruas centrais pressupunha deixar-se absorver pelo novo, inesperado e desconhecido. Tostes, como cronista profissional, deixa-se envolver pela cidade em sua modernidade possível, entre a realidade e a literatura, construindo imagens de suas impressões cotidianas. Os tipos sociais de seus escritos frequentam as calçadas e, principalmente, os bares e cafés; o cotidiano é transformado num laboratório literário, que transforma a socialidade em arte, para desnudar a fantasia do vivido. Na verdade, o cronista incorporou a postura ou o método do “flâneur”. Essa maneira de sentir a cidade como uma hermenêutica do olhar que, como diz Featherstone (2000, p. 193), “tornava a cidade exótica e buscava seguir a máxima do Romantismo: ‘tornar o estranho familiar e o familiar estranho’”.

Na crônica “Vesperal”, Tostes coloca-se justamente como um observador que interage com a cena:

O gordo vai feliz como um balão de gás. O sol esbanja a glória de um crepúsculo. E incendeia as janelas do casarão conspícuo. A tarde grande e clara cabe todinha em meus olhos apertados. Sou um turista vadio. Um caçador de borboletas. Um colecionador que se perdeu neste bazar de sensações. (...) Vou caminhando entre dois mundos. O meu mundo. E o dos outros. Sou o homem-sandwich das sensações desencontradas. (...) Parto espelhos circundantes. E me desintegro na paisagem. (Tostes, 1989, p. 109).

Em “Concurso de Vitrinas”, dividida em três cenas urbanas independentes, critica a vulgaridade e o aspecto rasteiro das representações que os “tipos sociais” elaboravam do contexto, reafirmando a rua como um lugar de desfile, e a cidade como o espaço da exposição:

O vestido berrante, que parece a paleta de um pintor impressionista, é a mais bizarra das bandeiras que tremulam no vento. Todas as cores colaboram na policronia complicada. E é tão bonita, tão completa esta distribuição de tons que madame faz lembrar a procissão dos Navegantes, ou um projeto ambulante de bandeira para a Liga das Nações. (Tostes, 1989, p. 215).

Em outra passagem da mesma crônica, temos uma mobilização familiar da periferia para o centro moderno da cidade. O sarcasmo do cronista evidencia os efeitos que o contraste do espaço provoca nos personagens:

A família do sr. escrivão mobilizou-se do subúrbio e invadiu a cidade.

Vem a senhora asfixiada numa cinta apertadíssima, criticando os defeitos de vestuário das mulheres que passam. Vem a menina embasbaca diante das lojas enfeitadas, atucanando a paciência burocrática do pai. Vem a filha mais velha, uma novela que procura o leitor. E a criada retinta e molengona, carregando em charola o último fruto daquele amor aposentado. (Tostes, 1989, p. 216).

Nas palavras do cronista, fica evidente o tom bizarro impresso na imagem descrita. A presença desses indivíduos pode representar uma mácula ao cenário idílico de cidade moderna, pois, se o centro da cidade é a representação imaginária da cidade moderna, a presença suburbana está simbolicamente deslocada do contexto.

A boemia também aparece em muitas de suas “notas”. Tanto os aspectos negativos e destrutivos quanto as qualidades

críticas e positivas são explicitadas, quando ele trata deste estilo de vida “maldito” nascido nas grandes metrópoles. A noite é o momento mais importante do dia para Tostes; a vivência noturna na cidade provinciana que se “veste de metrópole” é o cenário de diversas crônicas, resultado de uma vivência empírica em que o jovem escritor cultua os bares e seus habitantes. O autor e seu “grupo” viveram e realimentaram o imaginário boêmio daquela Porto Alegre como *habitués* e como narradores de uma “estética”, entre outras, que tenta encurtar as distâncias em relação às metrópoles.

A existência de atividades sociais à noite aproxima a pequena cidade dos objetivos socialmente colocados pelo “imaginário dominante” e suas aspirações cosmopolitas. A Revista Máscara, nesse sentido, tece comentários elogiosos ao progresso da cidade, que passa a contar com uma casa noturna sofisticada ainda nos anos 10.

Porto Alegre se transforma. A vida noturna lhe intensifica o comércio e dá-lhe o aspecto de grande metrópole; ninguém o pode contestar. E o que tem concorrido mais para este rápido progresso do que o clube dos caçadores? Ele fez daquela Porto Alegre monótona e dorminhoca de outrora, uma cidade moderna, onde a elegância, o luxo e o gosto pela música de boulevard imperam. (...) Aprendamos a viver.⁶

A existência de uma vida social noturna é ainda, como sugere a passagem acima, incipiente naquele período. Todavia, quando os últimos cafés e restaurantes cerravam suas portas no centro da cidade, alguns “velhos bares” mantinham unido o estamento boêmio até o amanhecer. Sobre estes praticamente todos os memorialistas da cidade fazem constantes referências em suas obras, associando literatura, jornalismo e boemia. Nilo Ruschel (1971) afirma, nesse sentido, que “ainda sob o influxo do Romantismo, a mocidade das primeiras décadas do século deixava-se conduzir pelos desvãos perturbadores e excitantes da existência boêmia” (p. 49).

O autor de “Bazar” reproduz, em seus textos, tanto as atitudes acomodadas dos “burgueses” diurnos quanto os descaminhos que a noite boêmia oferece a seus frequentadores. Afirmar, em um de seus escritos, que os bêbados e os usuários de cocaína (bastante difundida na época) são “aves noturnas”, “almas da meia-noite”, “fantoques que a miséria e o vício contra-regram na sombra”. Ainda na mesma crônica, intitulada “Dentro da Sombra”, sugere ser a boemia também uma maneira forçada de aproximar-se das metrópoles. “Detalhes da cidade-bovary espartilhada em seu provincianismo. Sucursais ambulantes da miséria humana na cidadezinha burguesíssima e feliz” (Tostes, 1994, p.81-82).

Para Tostes, o cotidiano daquela cidade carregava, em seus vários aspectos, a marca da província que se desejava metrópole nas reformas urbanas, nas sociabilidades, na literatura etc. Enfim, um processo histórico tensionado entre os limites materiais e o projeto simbólico na composição de uma “realidade” constituída pelo imaginário.

Considerações Finais

Em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX, as referências e as notícias relativas às transformações urbanas e comportamentais misturam-se muitas vezes: o afã progressista e a nostalgia fazem parte de uma mesma lógica no projeto de “atualizar” a cidade ao tempo. As ideias emanadas das grandes metrópoles e as imagens parisienses, entre outras, produzem, em Porto Alegre, o que Tostes chamou de “bovarismo social”: uma tentativa urgente de atualização do ambiente provinciano à estética das grandes metrópoles.

Os aplausos ao novo e as modificações urbanas da capital, dessa forma, superam as reservas suscitadas pela tradição. Contudo, enquanto jovens “poetas” e jornalistas da elite intelectual, normalmente descendentes das melhores famílias, tentam incorporar as vanguardas estéticas e comportamentais, outros grupos sociais buscam estratégias para manter antigas formas de vida e ganho. Uma tensão entre o velho e o novo, o formal e o informal

ou, dito de outra forma, uma disputa entre um “ideal” de modernidade e uma “realidade” com especificidades próprias convivem naquele mesmo cenário citadino.

É a própria dicotomia permanência *versus* mudança, bastante explícita naquele contexto, que permite entender melhor os fragmentos literários e jornalísticos aqui analisados. As construções simbólicas sobre a Porto Alegre aqui investigada, que aparecem através das “janelas” e das “frestas” oferecidas por esses escritores, denotam, invariavelmente, ângulos específicos, olhares personalizados de indivíduos que vivenciaram aquele contexto a partir de diferentes temporalidades e precondições.

A não-existência hoje – e talvez desde os anos 80 – de um projeto de futuro “espetacular” para a cidade, de uma expectativa otimista de modernização, relativiza a ideia de projeto moderno. No mundo do tempo virtual, a questão do espaço urbano não mais dá o compasso ou aponta o sentido para o social. “O futuro não é mais como era antigamente”, disse o poeta. Pensar a antiga cidade moderna, visitá-la à luz da história é uma tentativa de ampliar ou redimensionar o discurso e o entendimento sobre o contemporâneo, sobre o próprio conceito de vida urbana nos dias que correm.

As impressões jornalísticas e literárias relativas ao período aqui investigado dão conta de certa “inevitabilidade histórica”: entusiastas e críticos sugerem que a modernidade era incontornável. Repensar hoje aquelas ideias talvez se relacione à própria crise desse paradigma percebida nas últimas décadas; existe sempre um interesse maior com relação ao que já não existe, pois é a própria “perda” que permite o estranhamento, o “espanto” metodologicamente problematizador.

Impressions about Porto Alegre at the turn of the century and the early decades of the twentieth century: texts and contexts

Abstract: This article reviews representations of the old modern city of Porto Alegre, searching for an approach of that imaginary. Considering the impressions of the chroniclers and historical references, interpretations are made from the concept of culture proposed by Geertz – in which the data are seen as relative readings. It is also about observing the tension between the idealized “modern project” (and

developed in part) with pictures and speeches that follow other paths and make the historical interpretation more complex. We emphasize, on the other hand, that a look in return to the modern is a need for understanding the contemporary city, considering that the speech which projected that city is in crisis, and other logic reorganize the current imagery.

Key-words: representations, imagery, culture, modern city

Notas

¹ O debate sobre a classificação do Guaíba como rio ou lago ainda perdura. Chamaríamos aqui de rio porque a literatura histórica da cidade normalmente assim o menciona.

² MAZERON, [194?], p.71,72. Na publicação, não consta a data de edição do livro. Contudo, algumas referências temporais permitem deduzir que a obra foi editada na década de 1940. Citamos a que se encontra no segundo texto, onde o autor trabalha a “Alfândega de Porto Alegre”, referindo que esta completava 139 anos naquele ano. Assim, como a instalação da alfândega na cidade remonta ao princípio do século XIX, deduzimos que, na década de 1940, ela completou 139 anos de existência.

³ FRANCO, 1998, p.150/151, destaca que Porto Alegre teve *a singularidade de manter serviços de energia elétrica explorados por três organizações*, sendo a Usina Municipal uma delas.

⁴ **Revista do Globo**, ano I, n°5, 1929.

⁵ **Revista do Globo**, ano I, n° 6, 1929. Grifo nosso.

⁶ **Revista Máscara**, ano I, n° 1, 1918.

Referências

CÂNDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. IN: CÂNDIDO, Antonio et al. *A CRÔNICA: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida – memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

DAMÁSIO, Cláudia Pilla. A construção e a imagem da cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século. IN: Souza, Célia Ferraz e PESAVENTO, Sandra. (Orgs.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

DOBERSTEIN, Arnaldo. *Porto Alegre 1900 – 1920*. Estatutária e ideologia. Porto Alegre: SMC, 1992.

ESSUS, Maria de Sousa. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da *belle époque*. IN: SOUZA, Célia Ferraz e PESAVENTO, Sandra (orgs.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1997.

FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. IN: ARANTES, Antonio. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. O território de Theo. IN: TOSTES, Theodemiro. *Nosso bairro: memórias*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

_____, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3ª Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GALVANI, Walter. *Crônica: o voo da palavra*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MACHADO, Nara Helena Naumann. *Modernidade, arquitetura e urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928 – 1945)*, 1998. (Tese). Programa de Pós-graduação em História do Brasil do IFCH – PUCRS. 2v.

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração de político: a tribalização do mundo*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. *O conhecimento comum*. Compêndio de sociologia compreensiva. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

_____. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre: n° 15, Ago. 2001.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. *Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da “vida pública” porto-alegrense entre os anos 1890 e 1930*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 1994.

_____. *Porto Alegre em dois cenários: a nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas*. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em História PUCRS, 2007.

MAZERON, Gaston H. *Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach, [194?].

- MEYER, Augusto. *No tempo da flor*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. IN: MARTINS, Francisco e SILVA, Juremir Machado. *Para navegar no século XXI – Tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 1999.
- NEVES, Marguerita de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. IN: CÂNDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- POSSAMAI, Zita Rosane. *Memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – UFRGS, 2005.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *Noites de Luar*. Porto Alegre: Globo, 1923.
- _____. *Palavras ao vento*. Porto Alegre: J. R. Fonseca, 1925.
- REVERBEL, Carlos e LAITANO, Cláudia. *Arca de Blau – memórias*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1993.
- REVISTA DO GLOBO, ano I, nº 5, 1929.
- REVISTA DO GLOBO, ano I, nº 6, 1929.
- REVISTA MÁSCARA, ano I, nº 1, 1918.
- RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1971.
- SAUTER, Cristina Silva. *O “Comércio Volante” em Porto Alegre (1897/1918)*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas/PPG História, UNISINOS, 1997.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SILVA, Cristina Ennes. Comércio Volante: características e relação das atividades ambulantes no espaço urbano de Porto Alegre (1897-1917). In: *Revista História Unisinos*. Vol.10 n.º 2. Maio/agosto de 2006, p. 214/225.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. IN: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p.145.
- TOSTES, Theodemirom. *Nosso Bairro: memórias de Theodemirom Tostes*. Porto Alegre: IEL/Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

TOSTES, Theodemiro. *Bazar e outras crônicas*. 2ª Ed. – Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1994.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. IN: Malerba, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.